



Para: Partes interessadas

De: Janelle Medeiros, Conselheira Especial dos Direitos Civis

Data: 15 de janeiro de 2025

Re: ***The Connecticut Trust Act (Lei de Confiança e Proteção de Connecticut)***
Estatuto Geral - Seção 54-192h

Muitas famílias de imigrantes de Connecticut estão compreensivelmente preocupadas sobre como as mudanças previstas na política federal de imigração podem afetá-las. É política do Estado de Connecticut valorizar, honrar e respeitar nossos imigrantes e refugiados; eles são nossos vizinhos, familiares e amigos. Colegas de trabalho, chefes, pais, cuidadores e empresários. Todo o estado de Connecticut se beneficia quando nossa comunidade de imigrantes se sente segura. Afinal, promover a confiança entre as comunidades de imigrantes e as autoridades policiais foi a principal razão pela qual a legislatura de Connecticut promulgou o Trust Act.

Este memorando de orientação preliminar, que não pretende ser exaustivo, se propõe a fornecer orientação à comunidade de imigrantes de Connecticut quanto ao Connecticut Trust Act e reafirmar o profundo compromisso do Gabinete do Procurador-Geral de Connecticut em respeitar, honrar e proteger seus imigrantes.

1. O Trust Act mantém a soberania de Connecticut ao impedir que a delegação de autoridades policiais locais e estaduais apliquem a lei de imigração.

Os Estados Unidos da América são uma república com um governo federal limitado, reservando muitos poderes aos estados soberanos. Como um desses estados soberanos, Connecticut mantém o direito de decidir como e quando auxiliará o governo federal na execução de funções federais, incluindo, mas não se limitando, à lei de imigração.¹

O Connecticut Trust Act codifica esse princípio fundamental do nosso sistema federal. Esta lei estabelece a política de estado de que os recursos de aplicação da lei local e estadual devem ser focados e alocados em questões locais e estaduais, em vez de delegá-los para servir e executar a aplicação da lei de imigração para o governo federal. Quando os moradores se sentem seguros interagindo com as autoridades policiais, eles têm mais probabilidade de fazer denúncias quando testemunham crimes em nossas comunidades ou são pessoalmente vítimas de assédio, intimidação, violência ou outra conduta ilegal.

A. O que o Connecticut Trust Act faz?

O Connecticut Trust Act foi promulgado em 2013, durante o governo Obama, para estabelecer orientações claras sobre quando as autoridades policiais estaduais e locais responderiam a solicitações da Agência Federal de Imigração e Alfândega (“ICE”) para obter informações ou assistência com uma ordem de

¹ O direito de um estado de se recusar a aplicar políticas federais de imigração decorre da "doutrina anti-apropriação" da Décima Emenda, que proíbe o governo federal de exigir que estados e municípios adotem ou apliquem políticas federais. Veja *Nova York v. Estados Unidos*, 505 US 144 (1992); *Printz v. Estados Unidos*, 521 US 898 (1997); *Murphy v. Associação Atlética Universitária Nacional*, 138 S.Ct. 1461 (2018).

Este memorando oferece uma orientação breve sobre o Trust Act. Não é um aconselhamento jurídico nem uma opinião formal do Procurador-Geral. Quem tiver dúvidas sobre seu status de imigração em Connecticut deve consultar um advogado qualificado.



detenção da ICE.² As solicitações de detenção da ICE são apenas isso: solicitações. Elas não têm o peso de um mandado e não impõem nenhuma obrigação legal para as autoridades locais de deter, prender ou encarcerar alguém.

Violações da lei federal de imigração podem ser de natureza criminal ou civil. Os procedimentos de remoção são civis, embora algumas condutas que tornam uma pessoa removível também possam justificar um processo criminal, segundo a lei federal. *Vide Padilla v. Kentucky*, 559 EUA 356, 365 (2010); *INS v. Lopez-Mendoza*, 468 U.S. 1032, 1038-39 (1984). Explicações detalhadas sobre as diferenças entre mandados de detenção e mandados comuns, ou mandados administrativos e judiciais, ou violações criminais e civis, devem ser direcionadas a um advogado de imigração qualificado.

Em 2019, o Trust Act foi expandido para remediar brechas e limitar ainda mais os gastos de recursos estaduais na fiscalização federal da imigração. A lei também incentiva a comunicação eficaz e apropriada entre as autoridades policiais e de imigração. Hoje, o Trust Act prevê o seguinte, na parte pertinente:³

- Proíbe a aplicação obrigatória da lei por ⁴oficiais de fiança ou especialistas em admissão, avaliação ou encaminhamento, ou funcionários de um departamento de polícia ou segurança escolar, e de compartilhar desnecessariamente certas informações com o ICE, a menos que exigido por lei;⁵
- Esclarece que as autoridades policiais locais e estaduais não são obrigadas por lei a prender, transportar ou deter pessoas para a ICE;⁶

² A ICE usa agentes de detenção de imigração civil para recrutar autoridades estaduais e locais e deter indivíduos antes que a ICE os transfira para o sistema federal de deportação. As detenções são requisições por escrito, enviadas pela ICE, que podem solicitar a aplicação da lei às autoridades policiais estaduais ou locais nos seguintes casos: (1) notificar a ICE antes de libertar um indivíduo da custódia; ou (2) deter um indivíduo por mais 48 horas úteis após a sua libertação da custódia. *Para dúvidas gerais, consulte: <https://www.ice.gov/immigration-detainers>*. Quando autoridades estaduais e locais efetuam prisões com base em um mandado administrativo ou cumprem solicitações de detenção, elas detêm ou mantêm indivíduos sob custódia exclusivamente com base nesses documentos civis de imigração.

³ O Estatuto Geral deve ser consultado diretamente para orientação jurídica sobre seu escopo.

⁴ “Aplicação da lei” conforme usado em Connecticut Estatuto Geral de Connecticut, Seção 54-192h inclui funcionários do Departamento de Correções, polícia municipal e estadual, oficiais de justiça e agentes de condicional. Estatuto Geral de Connecticut, Seção 54-192h, Sub-seção (a)(9) - (C.G.S. § 54-192h(a)(9)). Também abrangidos por certas seções estão o oficial de fiança ou especialistas em admissão, avaliação ou encaminhamento, e policiais escolares e agentes de segurança. Este último inclui os departamentos de polícia e segurança de qualquer escola pública, distrito escolar local ou regional, a Universidade de Connecticut e todos os seus campi, e faculdades e universidades estaduais de Connecticut. Estatuto Geral de Connecticut, Seção 54-192h, Sub-seção (a)(11); Estatuto Geral de Connecticut, Seção 10a-1 - (C.G.S. § 54-192h(a)(11); C.G.S. § 10a-1).

⁵ Connecticut Estatuto Geral de Connecticut, Seção 54-192h, Inciso (b), Parágrafo (1)(B), Incisos (c) e (d) - (General Stat. § 54-192h(b)(1)(B), (c), (d)).

⁶ Connecticut Estatuto Geral de Connecticut, Seção 54-192h, Inciso (b), Parágrafo (1)(A) e (C) - (Gen. Stat. § 54-192h(b)(1)(A), (C)).

Este memorando oferece uma orientação breve sobre o Trust Act. Não é um aconselhamento jurídico nem uma opinião formal do Procurador-Geral. Quem tiver dúvidas sobre seu status de imigração em Connecticut deve consultar um advogado qualificado.



- Impede que agências locais e estaduais com instalações de detenção – como cadeias, tribunais e prisões – permitam que a ICE percorra suas instalações;⁷
- Impede que agentes da lei, comissários de fiança ou especialistas em admissão, avaliação ou encaminhamento, ou funcionários de um departamento de polícia ou segurança escolar desempenhem as funções de uma autoridade federal de imigração, independentemente de estar em conformidade com qualquer acordo, contrato ou política, seja formal ou informal⁸ ;
- Proíbe a polícia de prender ou deter um indivíduo com base apenas em um mandado administrativo ou uma ordem de detenção civil de imigração, *a menos que* seja acompanhado por um **mandado judicial** válido, o indivíduo tenha sido condenado por um crime A ou B,⁹ ou o indivíduo está em uma lista de vigilância de terroristas. Uma ordem de detenção civil de imigração é uma **solicitação administrativa, não um mandado criminal ou judicial**, mesmo que assinada por um juiz de imigração;¹⁰
- Limita a comunicação entre as autoridades policiais de Connecticut e a ICE à divulgação de informações não confidenciais¹¹ de qualquer pessoa que interaja com a aplicação da lei para a ICE sem consentimento (*exceto* se exigido por lei, como para auxiliar em uma investigação de terrorismo);¹²

⁷ Connecticut Estatuto Geral de Connecticut, Seção 54-192h, Inciso (b), Parágrafo (1)(D) - (General Stat. § 54-192h(b)(1)(D)).

⁸ Isso inclui contratos firmados, de acordo com a Seção 287 (g) da Lei de Imigração e Nacionalidade (“INA”). Connecticut Estatuto Geral de Connecticut, Seção 54-192h, Inciso (b), Parágrafo (1)(E) - (General Stat. § 54-192h(b)(1)(E)).

⁹ Os crimes de classe A e B são os mais graves e perigosos. Esses tipos de crimes incluem assassinato, homicídio culposo, agressão, sequestro e crimes contra grávidas, crianças, idosos e pessoas com deficiência.

¹⁰ Connecticut Estatuto Geral de Connecticut, Seção 54-192h, Inciso (b), Parágrafo (1)(A) e (C) - (Gen. Stat. § 54-192h(b)(1)(A), (C)).

¹¹ “Informações Confidenciais” conforme usado em Connecticut Estatuto Geral de Connecticut, Seção 54-129h, inclui qualquer informação obtida e mantida por uma agência de aplicação da lei relacionada a (A) (i) orientação sexual de um indivíduo, ou (ii) status como vítima de violência doméstica ou agressão sexual, (B) se tal indivíduo é (i) testemunha de crime, ou (ii) beneficiário de assistência pública, ou (C) imposto de renda de um indivíduo ou outros registros financeiros.

¹² Connecticut Estatuto Geral de Connecticut, Seção 54-192h, Inciso (d) - (Estatuto Geral § 54-192h(d)).



- Restringe o acesso das autoridades federais para entrevistar um indivíduo sob custódia, a menos que tenham uma ordem judicial válida (*exceto* se o indivíduo tiver sido condenado por um crime A ou B, ou estiver em uma lista de vigilância de terroristas);¹³
- Exige que os governos locais informem ao Escritório de Política e Gestão, semestralmente, quando concedem acesso da ICE a um indivíduo para rastrear tal conduta e responsabilizar as autoridades policiais;¹⁴
- Exige que as autoridades policiais informem os indivíduos que a ICE solicitou sua detenção e forneçam a eles uma cópia da ordem de detenção, caso recebam uma ordem de detenção civil de imigração.¹⁵

Muitas cidades, vilas e municípios de Connecticut têm portarias e disposições semelhantes que ampliam as proteções do Trust Act.¹⁶ É importante que os moradores tenham acesso a informações precisas sobre seus direitos e prerrogativas. Em anexo a este memorando estão recursos úteis que visam fornecer orientação clara e direta para qualquer pessoa que esteja preocupada com os direitos dos imigrantes em Connecticut. O Gabinete do Procurador-Geral está comprometido em disseminar essas informações sempre que possível, em parceria com o governo, defensores e prestadores de serviços.

B. O que o Trust Act NÃO faz:

Os moradores devem ter cuidado com informações incorretas e narrativas falsas sobre a amplitude da Lei de Confiança e estatutos, portarias ou disposições semelhantes. O Connecticut Trust Act não protege e não pode proteger os moradores de todas as ações direcionadas a eles pelo governo federal. Trust Act:

- **Não** protege indivíduos que foram condenados por crimes A e B, os crimes mais graves de Connecticut. A Lei de Confiança não restringe a polícia de prender ou deter tais indivíduos com base em uma ordem de detenção civil de imigração, independentemente de ser acompanhada de um mandado judicial.¹⁷
- **Não** proíbe totalmente que as autoridades policiais obedeçam a uma ordem de detenção da ICE ou se comunique com a ICE sobre indivíduos que estão sob custódia. Se um indivíduo estiver sob custódia, as autoridades policiais podem comunicar a ICE sobre sua libertação, desde que apresentem uma ordem de detenção ao indivíduo antes de comunicarem com as autoridades federais de imigração.¹⁸ O Trust Act estabelece um equilíbrio entre limitar a

¹³ Connecticut Estatuto Geral de Connecticut, Seção 54-192h, Inciso (b), Parágrafo (1)(D) - (General Stat. § 54-192h(b)(1)(D)).

¹⁴ Connecticut Estatuto Geral § Seção 54-192h, Inciso (e), Parágrafo (3) - (Gen. Stat. § 54-192h(e)(3)).

¹⁵ Connecticut Estatuto Geral Seção 54-192h, Inciso (e), Parágrafo (3).

¹⁶ Para dúvidas gerais, consulte: <https://www.ilrc.org/resources/national-map-local-entanglement-ice>.

¹⁷ Connecticut Estatuto Geral de Connecticut, Seção 54-192h, Inciso (b), Parágrafo (1)(A) e (C) - (Gen. Stat. § 54-192h(b)(1)(A), (C)).

¹⁸ Connecticut Estatuto Geral de Connecticut, Seção 54-192h, Incisos (c) e (e)

Este memorando oferece uma orientação breve sobre o Trust Act. Não é um aconselhamento jurídico nem uma opinião formal do Procurador-Geral. Quem tiver dúvidas sobre seu status de imigração em Connecticut deve consultar um advogado qualificado.



comunicação com agentes da ICE e proteger a confiança essencial entre as autoridades policiais e nossas comunidades.

- **Não** restringe as autoridades federais de imigração de aplicar a lei federal de imigração em Connecticut.

Embora o Trust Act forneça proteções essenciais, as autoridades federais de imigração sempre mantêm sua autoridade para aplicar a lei federal de imigração em Connecticut. A fiscalização da imigração é uma prerrogativa federal. Embora seja um estado soberano, Connecticut não restringe e não pode restringir as atividades de autoridades federais de imigração.

Parceiros da comunidade e advogados de imigração competentes e treinados podem ajudar os moradores de Connecticut a entender seus direitos e avaliar circunstâncias individuais.¹⁹ Na conclusão deste documento, é fornecida uma lista de vários recursos úteis, incluindo recursos jurídicos e informações de parceiros da comunidade.

¹⁹ Para exercer a lei de imigração, um advogado pode ser licenciado em qualquer estado, mas deve ter uma licença válida e estar “em situação regular”. Advogados podem dar aconselhamento jurídico, ajudar a registrar petições e solicitações de imigração e representar indivíduos em processos judiciais perante um juiz de imigração.

O diretório de provedores nacionais de serviços jurídicos de imigração por estado está disponível aqui: <https://www.immigrationadvocates.org/nonprofit/legaldirectory/>

No entanto, é importante se proteger contra fraudes. Tenha cuidado com golpes ou advogados que talvez não consigam exercer sua profissão.

Você pode verificar as credenciais de um advogado na Ordem dos Advogados de Connecticut em: <https://www.jud.ct.gov/attorneyfirmquiry/attorneyfirmquiry.aspx>.

Acesse a lista de advogados do Departamento de Justiça que não devem exercer a advocacia: <https://www.justice.gov/eoir/list-of-currently-disciplined-practitioners>, além de uma lista de organizações credenciadas por estado e cidade: <https://www.justice.gov/eoir/page/file/942306/dl#CONNECTICUT>

Este memorando oferece uma orientação breve sobre o Trust Act. Não é um aconselhamento jurídico nem uma opinião formal do Procurador-Geral. Quem tiver dúvidas sobre seu status de imigração em Connecticut deve consultar um advogado qualificado.



APÊNDICE: RECURSOS ÚTEIS

Este memorando oferece uma orientação breve sobre o Trust Act. Não é um aconselhamento jurídico nem uma opinião formal do Procurador-Geral. Quem tiver dúvidas sobre seu status de imigração em Connecticut deve consultar um advogado qualificado.



RECURSOS ÚTEIS:

Plano de preparação familiar do estado de Connecticut:

Um guia abrangente para preparar sua família para a aplicação da lei de imigração:

https://portal.ct.gov/governor/immigration-resources-family-preparedness-plan?language=en_US

Conheça Seus Direitos (Material):

Imigrante informado: <https://www.informedimmigrant.com/resources/detention-deportation/know-your-rights/>

IRIS, Serviços Integrados para Refugiados e Imigrantes: <https://irisct.org/know-your-rights/>

Centro de Recursos Legais de Imigração: <https://www.ilrc.org/resources/step-step-family-preparedness-plan#item-4325>

Centro Nacional de Direito de Imigração: <https://www.nilc.org/resources/know-your-rights-what-to-do-if-arrested-detained-immigration/>

Projeto Nacional de Imigração da Associação Nacional dos Advogados (National Lawyers Guild): https://nplng.org/sites/default/files/2024-12/2024_Trump-what-to-expect.pdf

Recursos de serviços jurídicos:

Coalizão Unida para Serviços de Imigrantes: <https://www.united-coalition.org/>

Diretório de serviços jurídicos da Rede de Defensores da Imigração (Immigration Advocates Network): <https://www.immigrationadvocates.org/nonprofit/legaldirectory/>

Lista do Departamento de Justiça (DOJ) de advogados de imigração credenciados por estado/cidade: <https://www.justice.gov/eoir/page/file/942306/dl#CONNECTICUT>

IRIS, Serviços Integrados para Refugiados e Imigrantes: <https://irisct.org/our-services/>

CIRI, Instituto de Connecticut para Refugiados e Imigrantes: <https://cirict.org/immigration-legal-services/>

Serviços Jurídicos de Imigração de Connecticut: www.ctlegal.org/contact

Assistência jurídica de Grande Hartford: 860-541-5000

Este memorando oferece uma orientação breve sobre o Trust Act. Não é um aconselhamento jurídico nem uma opinião formal do Procurador-Geral. Quem tiver dúvidas sobre seu status de imigração em Connecticut deve consultar um advogado qualificado.



Assistência jurídica em New Haven: 203-946-4811

Associação Americana de Advogados de Imigração: 203-946-4811 www.aila.org

Parceiros comunitários com recursos para imigrantes:

Construindo uma comunidade: <https://b1c.org/>

Serviços Integrados para Refugiados e Imigrantes: <https://irisct.org/>

Fundo Comunitário: <https://www.theneighborfund.org/>

Estudantes de Connecticut (CT) por um Sonho: <https://www.ct4adream.org/>

Instituto de Connecticut para Refugiados e Imigrantes: <https://cirict.org/>

Coalizão de Imigrantes e Refugiados de Connecticut: <https://www.coalitionct.org/>

Instituições de caridades católicas: <https://www.ccaoh.org/>

Este memorando oferece uma orientação breve sobre o Trust Act. Não é um aconselhamento jurídico nem uma opinião formal do Procurador-Geral. Quem tiver dúvidas sobre seu status de imigração em Connecticut deve consultar um advogado qualificado.